

BRASÍLIA, 29 DE JULHO DE 2022

Edição n. 87 – 1 a 29/7/2022

APRESENTAÇÃO

O sistema de precedentes brasileiro exige intensa integração entre as instâncias do Poder Judiciário nacional. O presente boletim foi idealizado com o importante objetivo de permitir a consulta unificada e direta a respeito dos processos que ensejam a criação de precedentes qualificados no STJ (RISTJ, art. 121), do recurso indicado pelos tribunais de origem como representativo da controvérsia e dos pedidos de suspensão nacional em incidente de resolução de demandas repetitivas, com a finalidade de auxiliar tribunais e juízes na atividade de sobrestamento de processos e de aplicação de tese.



RECURSOS REPETITIVOS

Principal instrumento processual utilizado pelo Superior Tribunal de Justiça para a formação de precedentes qualificados, está estruturalmente organizado em: a) temas repetitivos – processo ou o conjunto de processos afetados ao rito dos repetitivos e b) controvérsias: com a finalidade principal de publicidade e controle, representa o conjunto de processos recebidos pelo STJ na condição de representativos da controvérsia (candidatos à afetação).

TEMAS COM ACÓRDÃO DE MÉRITO PUBLICADO

PRIMEIRA SEÇÃO

- **Tema: 1018**

Processo(s): REsp 1.767.789/PR e REsp 1.803.154/RS.

Relator: Min. Herman Benjamin.

Tese firmada: O Segurado tem direito de opção pelo benefício mais vantajoso concedido administrativamente, no curso de ação judicial em que se reconheceu benefício menos vantajoso. Em cumprimento de sentença, o segurado possui o direito à manutenção do benefício previdenciário concedido administrativamente no curso da ação judicial e, concomitantemente, à execução das parcelas do benefício reconhecido na via judicial, limitadas à data de implantação daquele conferido na via administrativa.

Data de publicação do acórdão: 1/7/2022 (publicação dos acórdãos dos REsp 1.767.789/PR e REsp 1.803.154/RS).

TERCEIRA SEÇÃO

- **Tema: 1121**

Processo(s): REsp 1.959.697/SC, REsp 1.957.637/MG, REsp 1.958.862/MG e REsp 1.954.997/SC.

Relator: Min. Ribeiro Dantas.

Tese firmada: Presente o dolo específico de satisfazer à lascívia, própria ou de terceiro, a prática de ato libidinoso com menor de 14 anos configura o crime de estupro de vulnerável (art. 217-A do CP), independentemente da ligeireza ou da superficialidade da conduta, não sendo possível a desclassificação para o delito de importunação sexual (art. 215-A do CP).

Data de publicação do acórdão: 1/7/2022 (publicação dos acórdãos dos REsp 1.959.697/SC, REsp 1.957.637/MG, REsp 1.958.862/MG e REsp 1.954.997/SC).

CONTROVÉRSIAS

Conjunto de processos candidatos à afetação recebidos pelo STJ na condição de representativos da controvérsia ou selecionados pelo Gabinete do Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações Coletivas – COGEPAC, a partir de estudo e monitoramento inteligente de demandas repetitivas.

CONTROVÉRSIAS CRIADAS

TERCEIRA SEÇÃO

- **Controvérsia: 440**

Processo(s): REsp 1.994.424/RS e REsp 2.000.953/RS.

Relator: Min. Reynaldo Soares da Fonseca.

Tribunal de origem: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Anotações NUGEPNAC: Dados parcialmente recuperados via sistema *Athos e Accordes*.

Descrição: Definir se incide a majorante prevista no art. 40, inciso IV, da lei n. 11.343/2006 na condenação ao crime de tráfico de drogas relativamente ao porte ou posse ilegal de arma, por força do princípio da consunção, caso o artefato tenha sido apreendido no mesmo contexto da traficância; ou se ocorre o delito autônomo previsto no Estatuto do Desarmamento, em concurso material com o crime de tráfico de drogas (art. 33, da Lei n. 11.343/2006).

Data da criação: 1/7/2022.

- **Controvérsia: 441**

Processo(s): REsp 2.008.087/RJ.

Relator: Min. Joel Ilan Paciornik.

Tribunal de origem: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Anotações NUGEPNAC: Dados parcialmente recuperados via sistema *Athos e Accordes*.

Descrição: Definir se é insignificante ou não a conduta de pescar em época proibida com petrechos proibidos para pesca (tarrafa, vara de pescar) ainda que pequena a quantidade de peixes apreendidos.

Data da criação: 1/7/2022.

- **Controvérsia:** [442](#)

Processo(s): REsp 2.003.716/RS, REsp 2.004.052/RS e REsp 2.004.053/RS.

Relator: Min. Joel Ilan Paciornik.

Tribunal de origem: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Anotações NUGEPNAC: Dados parcialmente recuperados via sistema *Athos*.

Descrição: Definir se é possível a elevação da pena por circunstância agravante, na fração maior que 1/6, utilizando como fundamento unicamente a reincidência específica do réu.

Data da criação: 1/7/2022.

NOS PRÓXIMOS TÓPICOS SÃO DISPOBILIZADAS NOTÍCIAS, INFORMAÇÕES, EVENTOS E PROGRAMAÇÕES REFERENTES AOS PRECEDENTES QUALIFICADOS

PRECEDENTES NAS MÍDIAS

NOTÍCIAS

1/7/2022 [Em dois anos, acordo de cooperação STJ/AGU otimiza tramitação processual e evita 620 mil novos recursos](#)

1/7/2022 [Órgãos julgadores especializados em direito privado apresentam dados do primeiro semestre](#)

1/7/2022 [Com destaque para repetitivos, colegiados de direito público divulgam resultados do primeiro semestre de 2022](#)

1/7/2022 [STJ encerra primeiro semestre de 2022 julgando quase 90 mil processos a mais do que os distribuídos](#)

4/7/2022 [Aumento da pena em um terço exige apenas que furto tenha ocorrido durante repouso noturno](#)

11/7/2022 [Entender Direito: ministros discutem precedentes qualificados](#)

12/7/2022 [Página de Repetitivos e IACs inclui julgados sobre execução fiscal e reconversão de pena restritiva de direitos](#)

13/7/2022 [Servidor federal inativo que não gozou licença-prêmio por qualquer motivo deve receber em dinheiro](#)

13/7/2022 [Página de Repetitivos e IACs inclui julgados sobre conversão de licença-prêmio não gozada em dinheiro](#)

14/7/2022 [Podcast Rádio Decidendi apresenta a jurisprudência do STJ firmada em repetitivos](#)

14/7/2022 [Página de Repetitivos e IACs inclui julgados sobre desclassificação do crime de estupro de vulnerável](#)

15/7/2022 [Repetitivo discute se INSS pode cancelar aposentadoria por incapacidade concedida judicialmente](#)

19/7/2022 [STJ reafirma que reclamação não é via adequada para questionar não aplicação de repetitivo](#)

20/7/2022 [Terceira Seção considera impossível desclassificar estupro de vulnerável para delito de importunação sexual](#)

20/7/2022 Rádio Decidendi destaca teses do STJ firmadas no rito dos recursos repetitivos

21/7/2022 Segurado pode optar por aposentadoria concedida pelo INSS no curso de ação que reconheceu direito a benefício menor

21/7/2022 Terceira Seção discute se quantidade ou natureza da droga apreendida podem afastar tráfico privilegiado

22/7/2022 STJ suspende decisão que poderia comprometer metade da arrecadação de ICMS de Mato Grosso do Sul

26/7/2022 IAC vai definir se autor de pedido de medicamento pode escolher ente federado para figurar no polo passivo

27/7/2022 Podcast Rádio Decidendi apresenta a jurisprudência do STJ firmada sob o rito dos repetitivos

* Tribunais interessados em divulgar notícias correlatas à sistemática dos precedentes devem encaminhar a solicitação para nugepnac@stj.jus.br.

PLAYLISTS

- Playlist **Súmulas e Repetitivos** no canal do STJ no YouTube:

5/7/2022 Aumento da pena em um terço exige apenas que furto tenha ocorrido durante repouso noturno 05.07.22

5/7/2022 Operadora deve custear tratamento de paciente grave mesmo após rescisão do plano coletivo 05.07.22

7/7/2022 Primeira Seção altera tese repetitiva para permitir inclusão do ICMS na base de cálculo da CPRB

14/7/2022 STJ fixa teses para o bloqueio de ativos do executado pelo BacenJud em caso de parcelamento fiscal

26/7/2022 Contratação temporária baseada em lei local não é improbidade, segundo repetitivo do STJ 26.07.22

- Playlist Precedentes Qualificados e Ações Coletivas no canal do STJ no YouTube:

6/7/2022 Concessionária de rodovia não pode cobrar de autarquia de saneamento pelo uso da faixa de domínio

13/7/2022 Exame toxicológico é obrigatório para emissão ou renovação da CNH de motorista de transporte escolar

18/7/2022 Repetitivo discute se INSS pode cancelar aposentadoria por incapacidade concedida judicialmente

25/7/2022 STJ discute se quantidade ou natureza da droga apreendida podem afastar tráfico privilegiado

EVENTOS

1/7/2022 Painel sobre PLS marca encerramento do seminário de sustentabilidade do Judiciário

DESTAQUE